

A agricultura de vazante e as transformações produtivas no espaço agrário nordestino, exemplo de caso Icó – CE

O momento em que vivemos no que denominamos *Período Técnico Científico Informacional* (Santos, 1996) caracteriza-se pelas transformações aceleradas de diversas naturezas, magnitudes e complexidades que moldam um novo momento do capitalismo (ELIAS, 2007). Associa-se a esse novo sistema a busca de inovações técnicas para acelerar o modo de produção, distribuição e consumo. No espaço rural, as transformações geraram uma nova reestruturação da forma de produção e das relações sociais. A produção necessitou especializar-se. As máquinas e os insumos agrícolas foram necessários para a aceleração e qualificação do processo de plantio e colheita, ou seja, para entrarem na economia de mercado com sua atual competitividade.

As inovações dos progressos técnicos para alguma região se desenvolver economicamente buscando inserir-se no mercado internacional na tentativa de garantir a velocidade das forças produtivas e aumentar o poder de interferência na natureza alterou drasticamente as formas de relações sociedade-natureza. O meio ambiente passa a ser uma referência concreta de atuação das sociedades ao longo da história, que inventam e reelaboram suas concepções de natureza.

Muitas sociedades lidaram com a natureza, inovando técnicas tradicionais que possibilitavam manter com ela uma relação harmoniosa.

Os vazanteiros, por exemplo, objeto de estudo desta pesquisa, desenvolveram na região de clima semi-árido - que se caracteriza por escassez e distribuição irregular de chuvas além de temperatura muito elevada – técnicas de agricultura de vazante, que se dá no plantio à margem do rio, na medida em que as águas baixam em época de estio, possibilitando o cultivo de vários produtos para consumo e venda.

Contudo, discursos políticos desenvolvimentistas que surgiram em vários países não conseguiram e nunca vão compreender a importância das populações tradicionais, cujas técnicas foram ditadas como arcaicas, sendo ignoradas pelo modelo capitalista de produção. A agricultura de vazante ainda resiste no Nordeste brasileiro. No entanto, grandes projetos públicos não levaram em consideração sua existência e hoje muitos deixaram sua tradição em razão de várias reestruturações que o espaço agrário sofreu. A territorialização do capital, em virtude da modernização, altera não somente o processo de produção, mas também a relação com o capital, com o consumo e com a idéia de uma vida “moderna” que traz a ilusão da cidade e o desapego das tradições.

No caso do Brasil, um modelo desenvolvimentista entrou em cena após a Segunda Guerra Mundial, principalmente a partir do governo de Juscelino Kubitschek, visando um desenvolvimento acelerado e excludente¹, sob a liderança dos investimentos estatais e do capital privado estrangeiro. É este contexto nacional que na década de 1950 leva o governo federal a intervir e criar a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Houve incentivos para os processos de industrialização e de implantação de usinas hidrelétricas e de sistemas

¹ É importante ressaltar que essa exclusão não faz parte da consciência de todos. Muitas pessoas acreditavam de boa fé no desenvolvimento. Entretanto houve exclusão, sob a liderança dos investimentos estatais.

de rodovias. Contudo, muitas dessas obras não se efetivaram, fundamentando assim a idéia de que é muito mais político do que econômico o discurso desenvolvimentista. A irrigação foi um dos projetos mais importantes entre os realizados, que incentivou a agricultura irrigada moderna e assim uma elite agrária consolidou-se. A partir daí, outros projetos foram implantados em virtude dessa mentalidade de desenvolvimento concebida no Nordeste.

O objetivo geral da pesquisa é uma análise crítica sobre a realidade presente no espaço agrário cearense por meio dos projetos modernizadores do Estado.

O objetivo específico desta pesquisa é discutir, à luz da modernização agrária, o processo de desvalorização da agricultura tradicional, principalmente no que tange aos agricultores tradicionais do sertão nordestino, especialmente o caso dos vazanteiros em Icó, no Ceará.

Para a realização da pesquisa levantamos bibliografias sobre os temas abordados. Além disso optou-se por em trabalho de campo no município de Icó (CE) com o objetivo de conseguir mais informações. Esse trabalho possibilitou visitas em instituições como o Departamento Nacional de Obras Contra Secas (DNOCS), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Prefeitura e entrevistas com os irrigantes e vazanteiros.

Os complexos Agroindustriais, assim como as agriculturas com técnicas modernizadoras, ou seja, aquelas que visam uma elevada produção destinada ao mercado, foram implantados no Nordeste, principalmente a partir de 1970. Concerne a este modelo econômico a persistência da dicotomia entre uma agricultura tradicional e uma agricultura moderna, sendo esta última mais favorável ao sistema capitalista de produção.

A decisão de se estudar os vazanteiros se deu pelo interesse em se compreender a forma do cultivo da cultura de vazante e as características que fazem dessa cultura uma tradição, juntamente com o interesse na possibilidade de re (existência) dos camponeses. Há ainda a intenção de se elaborar uma análise crítica do porquê os processos de intervenção estatal, pelas políticas modernizadoras, não contemplaram esta agricultura tradicional e tão peculiar das áreas semi-áridas.

Modernização da Agricultura: *uma análise crítica*

Este capítulo apresentará uma reflexão a respeito da modernização da agricultura e suas conseqüências na reestruturação social e produtiva do espaço agrário nordestino. É esta modernização tão fomentada pelo Estado que traz o cerne da discussão para a pesquisa, pois é importante que se desmistifique o discurso vantajoso da modernização dando lugar a uma discussão que traz um outro olhar, proposta esta que é realizada por muitos outros autores, os quais serão mencionados no decorrer do texto. Temos relatos e comprovações sobre a utilização de técnicas na agricultura desde os povos da antiguidade, porém a possibilidade de conhecer e controlar cada vez mais a natureza deu ao homem a oportunidade de mudar sua relação com o meio e conseqüentemente alterar as relações sociais de produção. Graziano da Silva usa esses argumentos, junto à noção de desenvolvimento do mercado interno no capitalismo, para explicar a destruição desta harmonia homem-natureza, fato que condiciona a modernização e conseqüentemente, a Industrialização da Agricultura:

(...) destruição da economia natural, pela retirada progressiva de vários componentes que asseguravam a 'harmonia' da produção assentada na relação

homem-natureza (e suas contradições); e o outro, de uma nova síntese, de recomposição de uma outra harmonia, também permeada por novas contradições, baseada no conhecimento e no controle cada vez maior da natureza e na possibilidade da reprodução artificial das condições naturais da produção agrícola. A essa passagem se denomina Industrialização da Agricultura. (SILVA, 1998)

Para Graziano a Industrialização da Agricultura é a subordinação da natureza ao capital, ou seja, o processo de produção passa a funcionar de modo a superar as limitações físicas de acordo com as necessidades: “Se faltar chuva, irriga-se, se não houver solos suficientemente férteis, aduba-se; se ocorrerem pragas e doenças, responda-se com defensivos químicos ou biológicos; e se houver ameaças de inundação, estarão previstas formas de drenagens.” (SILVA, *loc. cit.*) Com isso, a esperança perde lugar para a certeza sob o comando do capital, ou seja, o discurso progressista pareceu tentador à primeira vista, sendo então aceito por parcela da população.

Nesse discurso Harvey (*apud* Paulino 2006) coloca a modernidade como mito, pois esta traz a ruptura total com o passado, e o corte radical com o suposto atraso no campo tem sido ideologicamente manipulado, em face dos interesses econômicos que tal mudança abriga. E na convergência com essa idéia, Martins (*apud* Paulino, *loc. cit.*) diz que o termo moderno ainda é compreendido como oposição ao tradicional e dessa forma “a interpretação de fundo positivista restaura o escalonamento do processo histórico, relegando ao passado e ao residual aquilo que supostamente não faria parte do tempo da modernidade.”

O ideário da modernização traz a preocupação que vemos em Martins e Harvey, pois a modernização renega o tradicional, que subestima o camponês, a agricultura tradicional, as técnicas rudimentares e até mesmo desvaloriza a vida no campo.

Geraldo Müller (1989), também contribui sobre o tema da modernização na agricultura: “o capital se apodera da agricultura, inicialmente, pelas vias de circulação, e, posteriormente, revolucionando seu modo de produzir”.²

Quando os Complexos Agroindustriais (CAIS) surgem em detrimento da Industrialização da agricultura, e os pequenos agricultores, especialmente no Nordeste, não são integrados ao CAIS, “estão condenados para a produção para auto consumo ou, quando muito, para fornecimento direto às populações locais com um nível *tecnológico rudimentar*.” (SILVA, 1998)

Por isso Oliveira (2005) afirma que a industrialização no campo revela que o capitalismo está “contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento”, e isso só é possível porque o capitalista também se tornou proprietário de terra. (OLIVEIRA, 2005)

É importante pensarmos a modernização a partir dessa reflexão de Oliveira. Assim, essas transformações que ocorrem no campo, que muitas vezes são atribuídas como avanço para a agricultura também geram uma nova reestruturação no campo, alterando as relações sociais e de produção:

² Nesse contexto o autor vai se referir a dois princípios do texto clássico de Karl Kautsky. Primeiramente, a questão agrária de 1898, de como o capital se apodera da agricultura: como a circulação geral, o comércio e as comunicações revolucionadas pelas acumulações de capital aumentam a dependência da agricultura. O segundo, a aplicação da ciência moderna na agricultura provoca uma revolução na organização social, suprimindo o divórcio entre agricultura e indústria.

O modo de produzir industrial, não transforma todas as formas de produção em produção ditada pelo lucro capitalista. O desenvolvimento do capitalismo se faz de forma desigual e contraditória. (OLIVEIRA, *op. cit*)

Essa contradição pode ser vista nos projetos implantados no sertão nordestino, especialmente nos vales úmidos do Ceará, pois o:

Capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, tendo o Estado a seu serviço, o recria para que sua produção seja possível e com ela passa a ver também a criação de novos capitalistas. (OLIVEIRA apud DINIZ, 2002)

Além disso há o lado perverso que as técnicas trazem:

Esquecem-se os propugnante desta forma de progresso que se estas máquinas apresentam grandes benefícios, tornando mais rápida a preparação dos terrenos para plantio e colheita, provocam, em contrapartida, o desemprego de grande quantidade de trabalhadores (...). (ANDRADE, 1979)

Uma nova estrutura do campo começa a ser desenhada com a modernização. Os proprietários puderam prescindir do parcelamento de suas terras, assumindo o pleno controle sobre a exploração. Assim, “a maioria dos que tinham a posse precária, por meio de contratos de parceria ou arrendamento foram posto para fora da terra, e isso ficou estampado nos dados censitários, que mostraram a progressiva interdição ao uso e conseqüente concentração fundiária”. (PAULINO, 2006)

Como vimos brevemente, discutir a modernização e a industrialização³ é umas das chaves para se entender a estrutura fundiária e as relações produção no Nordeste.

Adiante veremos a importância do Estado como um ator que viabiliza esse processo modernizador no Brasil, principalmente no Nordeste.

A Intervenção do Estado

Entender como se deu a intervenção estatal no Nordeste, especialmente no sertão nordestino, é muito importante para a compreensão da estrutura agrária. A atuação do Estado no espaço agrário contribuiu muito para o processo de modernização da agricultura, fato que colaborou para uma estrutura fundiária concentrada.

O caráter industrial da agricultura capitalista brasileira possibilitou a produção em grande escala das culturas cuja obtenção de preços altos no mercado garantia lucro certo nesses empreendimentos. O Estado atuou no sentido de estimular os setores competitivos, deixando praticamente abandonado as culturas que têm constituído, historicamente, a alimentação básica dos trabalhadores brasileiros. (OLIVEIRA, 2006, p. 516)

Podemos citar os pólos de desenvolvimento: POLOCENTRO, POLONORDESTE e POLAMAZONIA. Enfatizemos então o POLONORDESTE, que

³ A Industrialização da agricultura é entendida através da conceituação de Oliveira(2007): “[...] sujeição da renda da terra produzida pelo camponês, do capital comercial para o capital industrial e, mais que isto, com a cartelização e nascimento do capital financeiro, a sua sujeição aos monopólios” . Entendemos que a modernização da agricultura é o processo de implantação de inovações técnico-científicas, de expansão das relações capitalista, de intensificação da produção e do aumento nas utilizações de insumos e máquinas para se elevar a produção do trabalho.

foi uma forma de atuação do Estado responsável, sobretudo, pelos investimentos na Zona da Mata Nordestina e no Sertão. Na região semi-árida, essas políticas governamentais privilegiaram investimentos em projetos de irrigação, quer nas áreas de açude, quer nos vales dos rios da região. (OLIVEIRA, *loc. cit.*)

Outro projeto implantado, o *Proterra*, que tinha uma política de distribuição de terras, dedicou a maior parte de seus recursos a programas de modernização agrícola que acabaram expulsando a população rural já estabelecida. Segundo Sorj (1980), tanto as políticas gerais quanto os programas específicos têm favorecido grupos determinados e minoritários dentro da agricultura nordestina, especialmente os médios e grandes pecuaristas. Esse período foi caracterizado por uma ofensiva geral contra os pequenos produtores. O Estado favoreceu uma rápida valorização das terras através de incentivos fiscais, infra-estrutura e programas especiais.

O Estado impulsionou os grandes produtores para a expansão do setor agrícola. Os créditos concedidos a um selecionado grupo de produtores impuseram uma intensificação no processo produtivo que se deu na utilização de insumos, máquinas e equipamentos para elevar a produção. É nessa lógica que a produção intensifica sua subordinação ao capital e o objetivo passa a ser o lucro cada vez maior.

Contudo, o camponês não é contemplado, na maioria das vezes, pelos financiamentos agrícolas, mas a explicação de sua permanência não se explica com a lógica da modernização, pois o caminho para explicar tal contradição será encontrado nos mecanismos que o capital tem criado para se reproduzir. Para Oliveira (2006), o capital pode se territorializar ou monopolizar o território sem se territorializar. O primeiro caso é marcado pela expansão da agricultura camponesa, onde o capital monopolista desenvolve liames para subordinar e apropriar a renda da terra produzida pelos camponeses, transformando-a em capital. No segundo caso, quando o capital monopoliza o território sem se territorializar, ele cria, recria e redefine as relações de produção camponesa e familiar. Assim, ele abre espaço para que a produção camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social.

Porém, como ressalta Martins, o vínculo do camponês com o capital não é estabelecido através da venda de sua força de trabalho ao capitalista. O que o camponês vende não é sua força de trabalho, e sim o fruto de seu trabalho. O instrumento de produção é a terra, mesmo que no caso não seja do camponês, mas este a usará como se fosse sua. (MARTINS, 2002)

O momento em que contextualizamos o camponês como um ator possível para interagir no mercado, possibilitando sua recriação e permitindo sua (re)existência, é um contexto em que a discussão ganha uma importância ainda maior pelo fato da complexidade social:

A reprodução da cultura camponesa aparece no seio da sociedade moderna capitalista como um movimento contraditório que se torna possível a partir de sua inserção periférica em relação à lógica social dominante.⁴

⁴ Para expressar essa diferença do trabalhador assalariado e do camponês, Marta Inez Marques (2004, p. 152) exemplifica dizendo que o caráter primário e fundante nas relações de trabalho para um trabalhador assalariado é a venda de sua força de trabalho, este seu único meio de sobrevivência, ou seja, uma clara dependência do capital. Para o camponês, o que ele vende ao capital é seu fruto de trabalho, que é transformado em mercadoria, ou seja, o trabalho se realiza de forma independente.

Por isso, a atuação do Estado é tão delicada em razão de realizar projetos que legitima a concentração de terras, dificulta a obtenção de créditos agrícolas e subestima o pequeno agricultor.

Além das razões citadas acima, o agricultor familiar possui peculiaridades que devem ser levadas em consideração, como aponta o economista Ignacy Sachs(2004). Para ele os agricultores familiares afiguram-se como protagonistas importantes da transição da economia sustentável, já que, ao mesmo tempo em que são produtores de alimentos e outros produtos agrícolas, desempenham a função de guardiães da paisagem e de conservadores da biodiversidade: “A agricultura familiar, constitui, assim, a melhor forma de ocupação do território, respondendo a critérios sociais e ambientais”.

Aqui devemos ressaltar a importância do campesinato, não como apenas uma classe social, mas como uma alternativa de produção e relação social. É muito importante pensarmos as contradições no bojo da sociedade moderna, e assim, reafirmar a importância da recriação camponesa que contrapõe a lógica de manutenção de uma relação social com o capital, ou seja, buscando assim a compreensão da realidade, voltando o olhar às técnicas tradicionais de manejo de solo e de cultivo, à qualidade de vida, aos conhecimentos e à relação social, aspectos esses que podem ser inovados através de trocas de conhecimentos e técnicas, porém sem que se perca a essência do ser camponês.

O modo de vida tradicional se realiza por meio da transmissão e reprodução entre gerações de práticas e valores, apresentando mudanças num ritmo mais lento que a modernidade. A tradição é uma forma social típica entre os camponeses, que, diante, a sociedade moderna, se afirma em oposição à sua lógica dominante. (Marques, 2004)

Ceará: Agricultura, Modernização e o Estado.

O Ceará é um estado localizado na região Nordeste de acordo com a divisão estabelecida pelo IBGE. Possui de área de 148.825,6 Km², com uma densidade populacional de 55 hab/Km² (IBGE,2006).

O Estado Cearense de acordo com a Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN) e a Secretaria do Governo do Ceará é dividido em oito macrorregiões de Planejamento e vinte regiões administrativas (SEGOV).

O clima predominante na região é o tropical semi-árido caracterizado pela alta temperatura e irregularidade das chuvas. De acordo com a classificação de Manuel Correia de Andrade, o Ceará faz parte do *Sertão e Litoral Setentrional*. O litoral se une ao sertão, pois as características da vegetação e do modo de vida, mesmo no litoral, são sertanejas, “por isso a admissão de que o sertão vem até o litoral é tão arraigada entre os cearenses”.(ANDRADE, 1986)

O Ceará foi povoado no processo de colonização portuguesa, considerado tardio em relação aos outros estados. Por intermédio das Capitânicas de Pernambuco e Bahia, desenvolve-se a exploração da cana-de-açúcar na faixa litorânea do Nordeste, e com isso, no interior da região começa a desenvolver economias de subsistência de produtos agrícolas e pecuários para abastecer as populações crescentes nas regiões açucareiras da Zona da Mata. (Souza, 2007)

É nesse período que acontece a expansão pelos sertões, pois era preciso se criar gado para tração e se cultivar alimentos. Assim, o interior começa a ser ocupado, inicialmente pelos vales dos rios, que serviam de caminho, além de oferecerem abundância de água e terras férteis para plantio.

Ao final do século XVIII, grande parte do território cearense já estava ocupado, como o vale do rio Salgado (região de Icó). Um fato importante é que nas longas caminhadas que os vaqueiros faziam até o mercado consumidor no litoral, os gados chegavam magros e perdiam muito o seu valor. Foi aí que os cearenses começaram a comercializar o gado abatido e já salgado, a chamada “Charqueada”, ou também “carne do Ceará”. Esse período será de grande importância para o aparecimento das primeiras cidades do Ceará. No entanto, essa fase próspera perdurará até meados de 1750, quando um longo período de estiagem afetou a região.

Somente na metade do século XIX o Ceará começa a se reerguer economicamente com a produção do algodão. Pois sendo os Estados Unidos os maiores produtores de algodão, durante a guerra de Secessão (1861-1865), tiveram muita dificuldade no cultivo. Enfim, a necessidade da Europa obter esse produto deu ao Ceará a oportunidade de entrar no circuito das exportações regionais.

Na segunda metade do século XIX, a economia do Ceará deixa de ser exclusivamente pastoril, passando a uma maior diversificação da produção. O algodão, cultivado de forma extensiva no sertão e serras próximas a Fortaleza, passa a ser o principal produto agrícola. (SOUZA, 2007)

No caso de Icó e de algumas outras cidades, o surgimento se deve ao fato de terem sido local de parada dos tangedores de gado e dos cruzamentos de caminhos, e com isso, ranchos foram se formando, o que começou a atrair pessoas para atividades comerciais, dando origem às vilas.

Até o século XIX, Icó foi a principal cidade do sertão do Ceará, pois além de ser ponto de passagem obrigatório dos fluxos comerciais de Pernambuco, Bahia e Piauí, desenvolvia-se também aí o comércio da farinha de mandioca, do sal, do gado, do couro e do algodão, comercializados com outros núcleos urbanos. O algodão será fator de enriquecimento de muitas cidades no sertão, que enviavam a produção para Fortaleza onde era exportado.

Uma rede ferroviária vai ser implantada no sertão central, fato este que moldará uma nova estrutura hierárquica nos núcleos urbanos do vale do Jaguaribe. Assim, muitos outros núcleos urbanos irão se desenvolver por causa da via férrea, e em contrapartida, outros irão se estagnar por perder representatividade no mercado, sendo Icó um exemplo disso.

O antigo povoado de Telha (atual município de Iguatu), foi por volta de 1851 desmembrado de Icó e passou a se constituir em município. Com área agrícola de expressão, veio a ser dinamizado a partir de 1910 quando serviu de terminal para estrada de ferro Baturité. Dadas as suas condições prosperas, associadas ao benefício trazido pelo sistema ferroviário, Iguatu suplantou Icó, projetando-se como centro urbano mais importante nas áreas dos sertões do alto e médio Jaguaribe. (Souza,2007)

No final do século XIX, o governo federal cria a Inspetoria de Obras Contra as Secas – IOCS, que tinha como objetivo executar um plano de combate aos efeitos das irregularidades climáticas. Segundo, Luiz Cruz Lima (2006), a atuação do IOCS era orientada pela concepção de que a seca deveria ser combatida pela criação de um sistema de barragens, açudes e poços, ficando conhecido este momento como “solução hidráulica” (métodos técnicos de estudos do solo e construção de reservatórios d’água).

Em 1881 é construída a primeira grande barragem do Estado do Ceará, que deu origem ao açude Cedro. Com a perenização dos rios, pode-se praticar a agricultura irrigada. É a partir daí que se instala o meio técnico no espaço agrícola.(ELIAS, 2002)

No ano de 1945, durante o governo de José Linhares, o IOCS foi transformado em Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DNOCS, passando a atuar em âmbito nacional. Contudo, as obras foram destinadas ao Nordeste, sobretudo ao Estado do Ceará.

Outra criação do governo federal foi a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco – CODEVASF, que também visava à construção de açudes, à abertura de rodovias, à implantação de redes elétricas e às obras de irrigação.⁵

Depois de um grande período de estiagem que ocorreu no ano de 1950, o Governo Federal criou um grupo de trabalho (GT), coordenado por Celso Furtado, com base em uma política favorável ao desenvolvimento do Nordeste. As propostas desse grupo de trabalho vieram a formar, mais tarde, a SUDENE, durante a administração de Juscelino Kubischek. (LIMA, 2006)

Assim, usinas hidrelétricas, sistemas de rodovias, estruturas de transportes e energias foram implantados. É interessante salientar essas transformações que começam a ocorrer no espaço nordestino, pois essas obras implantadas não foram realizadas de forma homogênea no território, o que acirrou completamente as diferenças regionais que perduram até hoje no Nordeste.

A irrigação foi a principal ação realizada pela SUDENE, na introdução de cultivos dirigidos para a demanda da agroindústria.

Sorj (1980), em *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*, sobre o caráter da intervenção estatal, diz que “a ação do estado orienta-se para a modernização da agricultura, visando integrá-la ao novo circuito produtivo liderado pela agroindústria de insumos e processamento de matéria-prima (...)”. E acrescenta os efeitos sociais dessa política que gera desigualdade:

Os processos de valorização da terra e a impossibilidade dos camponeses de oferecer uma resistência organizada, determinou que esse período se caracterizasse por uma ofensiva geral contra os pequenos produtores, em particular, naquelas áreas onde, através de infra-estrutura, incentivos fiscais ou programas especiais, o Estado favoreceu uma rápida valorização das terras.

A modernização da agricultura pode ser vista por algumas pessoas como fruto de uma assimilação natural do capital, sendo ele considerado próprio da condição humana, que gera melhoras, seja no plantio mais rápido, na colheita mais

⁵ Nesta época, meados do século XX, o Brasil passava por um momento de efervescência, em razão das teorias desenvolvimentistas. Com isso, criam-se inúmeras instituições que visam à intervenção federal no Nordeste.

farta e de maior qualidade, na manutenção do cultivo com a irrigação e no fortalecimento do solo por meio de insumos que inibem as pragas, ou seja, mudanças que diminuem os trabalhos árduos e podem produzir mais alimentos. Essa modernização é muito favorável e plausível se pensarmos somente por essa ótica. Porém, essas tecnologias e facilidades geram exclusão.

Desse modo, alguns espaços agrícolas do Nordeste vem sendo afetado por um processo de reestruturação produtiva da agropecuária, resultante da intensificação das relações econômicas tipicamente globalizadas. Isto significa que as transformações da agropecuária se dão de forma seletiva, gerando um processo heterogêneo, em áreas espacialmente restritas, especializadas em determinados produtos, o que corrobora o avanço do capitalismo no campo, mas deixa à margem a maior parte da população rural. (SORJ,1980)

E é em meio a essa população rural que a agricultura de vazante se insere, e por isso se explica a inquietação e a atenção destinada a essa população que vira marionete dos projetos públicos e privados e vive na incerteza de futuros projetos irresponsáveis que poderão ser implantados.

AGRICULTURA DE VAZANTE: um exemplo de caso em Icó – CE

*"nas cheias o rio comanda o espetáculo
E as margens são apenas degraus para o léito mais fundo
nas secas o rio é a margem"*
Lau

Siqueira

Nos sertões mais interiores, em razão da irregularidade das chuvas e poucos solos agricultáveis, o sertanejo descobriu a possibilidade da vazante nas grandes várzeas. Uma alternativa de sobrevivência e de auto-sustento fez da vazante uma forma de agricultura cultivada por todo o sertão do Nordeste, que até hoje persiste. Os vazanteiros estão no vale do rio Parnaíba, no Piauí; no rio São Francisco em Minas Gerais e Bahia; no rio Jaguaribe, no Ceará; no rio Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte; no rio Apodi e no Rio Grande do Norte, entre outros vários lugares pelo sertão.

A agricultura de vazante tem uma relação muito forte com a natureza. Seu plantio só é possível de acordo com a dinâmica natural, ou seja, é bom que chova para "encharcar" o solo, mas é bom que a água vaze para realizar o plantio de vazante:

Com as cheias, as ilhas e terras marginais submergem sendo fertilizadas pelo rio e, a proporção que as águas baixam, são utilizadas pelos agricultores ribeirinhos para a formação dos roçados: estes aproveitam não só o humo depositado pela cheia como a umidade deixada pelo rio, e novas áreas vão sendo descobertas e as culturas continuam a expandir-se formando o que chamamos de cultura de vazante que garante ao sertanejo o milho, o feijão, o amendoim, a fava, a cana-de-açúcar. (ANDRADE, 1964)

A agricultura de vazante é uma forma de produção não capitalista, pois visa apenas o suficiente para a manutenção da vida. Sua forma de produzir com técnicas simples e conhecimentos antigos e eficazes permitiu ao vazanteiro enfrentar as dificuldades climáticas. Mas a reestruturação produtiva do espaço agrário nordestino trouxe mudanças nas formas de relação social e de produção. Na maioria dos grandes projetos, essa população de agricultores e outros povos tradicionais nunca

foram inclusos, sendo suas técnicas subestimadas pelos governos como arcaicas.

O camponês que pratica a agricultura de vazante teve muita dificuldade de resistência diante das políticas modernizadoras do Estado. No entanto, pretendemos nesta discussão considerar o vazanteiro como um exemplo de um sujeito social que sofreu e ainda sofre as consequências dos projetos (de irrigação, barragens, de integração) para o sertão nordestino que são acompanhados do discurso falacioso da modernização. O descaso com o camponês nos projetos públicos é nítido, embora, hoje, por meio das políticas assistencialistas, esse aspecto fique menos evidente. Temos, portanto, o objetivo de dar a devida importância à (re)existência do vazanteiro, como um sujeito social importante na dinâmica das relações de produção no sertão.

A agricultura de vazante permite não só a subsistência da família, como atua diretamente no mercado regional, em razão dos produtos excedentes, colaborando assim para a existência das feiras do sertão, locais onde os produtos são muito mais baratos. Isso dá ao camponês a possibilidade de vender sua produção excedente sem se capitalizar, “o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva, os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples dessa atividade produtiva.”(OLIVEIRA, 2007)

Para Oliveira existem três componentes fundamentais para a reprodução da produção camponesa. Primeiro, por meio dos loteamentos feitos pelos proprietários, cria-se contraditoriamente condições para a recriação do camponês-proprietário. Segundo, o próprio Estado, que atua como agente distribuidor de terras, ao fixar preços mínimos agrícolas, garante condições mínimas para que o camponês se reproduza. Por fim, temos as cooperativas que oferecem vantagens de compra e venda em escala, consolidando e fortificando o camponês, permitindo sua reprodução.⁶

Essas possibilidades de recriação do campesinato podem ser repensadas para o vazanteiro ao redor do açude Lima-Campos, em Icó. Pertencente ao Estado, as terras são arrendadas para os camponeses, e além disso, a construção do açude foi feita para a realização da vazante. Hoje, os agricultores irrigantes, que se estabeleceram mais recentemente na região, e os vazanteiros se organizam em cooperativas, fator que permite que os gastos em transportes, ferramentas, sementes, entre outros, sejam menores.

Mesmo com a possibilidade de re (existência) dos vazanteiros, essa população apresenta fragilidades em relação à dependência da dinâmica da natureza. A incerteza dos grandes projetos os atinge e, na maioria das vezes, eles não são consultados ou não possuem “voz”. Ainda, têm dificuldade de ter acesso a créditos ou ajudas do governo para a produção.

Muitos estudiosos como Elias (2002),Diniz (2002), Soares (2002), Martins (2002) e Lima(2006) dedicaram-se a estudar as consequências dos grandes projetos na vida de ribeirinhos, irrigantes e vazanteiros, à luz da “Modernização Excludente” no Ceará.

⁶ Oliveira (2007) esclarece que as cooperativas eram instrumentos de defesa dos agricultores contra os comerciantes, que atuando como comprador e usuário, explorava os camponeses, levando-os a proletarização. Assim, as cooperativas tornaram-se instrumentos de defesa do pequeno e grande agricultor, permitindo que o camponês ganhe força e se reproduza em oposição à crescente proletarização a que está historicamente submetido.

A realização de grandes projetos (barragens, açudes e canais de irrigação) atinge diretamente os vazanteiros. Na maioria dos casos a dinâmica dos rios muda, e estes às vezes não vazam mais, pois tornam-se perenes, e com isso, a agricultura de vazante não é mais possível, o que faz com que muitos vazanteiros sejam forçados a deixar suas terras.

O único local no qual os vazanteiros recebem maior atenção e possuem algum tipo de benefício é o já citado, açude Lima Campos⁷, construído em 1932.

Esse açude foi construído para a realização da vazante. No entanto, muitos irrigantes se estabeleceram na região e também começaram a utilizar da água do açude. Começava assim um conflito entre os irrigantes e os vazanteiros: os irrigantes queriam as águas do açude em seu volume máximo para gastarem menos energia na retirada da água, enquanto os vazanteiros queriam o açude com apenas metade de sua capacidade para possibilitar a vazante.⁸ Sendo, a princípio, o açude destinado à realização da vazante, isso vem sendo mantido pelo DNOCS em todas as reuniões anuais, desde a construção da obra, como atestou um de seus funcionários na entrevista realizada.

Nesse caso, pode-se perceber uma atuação em prol dos vazanteiros, mas uma ressalva é importante. Os vazanteiros foram tirados de seu local de origem e transportados para um local artificial. Isso traz uma série de consequências no âmbito social, emocional e econômico. Ainda, o próprio funcionário do DNOCS, durante a entrevista, disse que a atuação do órgão sempre foi muito rigorosa: “até para tirar um cacho de banana tinha que comunicar o DNOCS”.

Nesse local, os vazanteiros, e mesmo os irrigantes, plantam arroz, possuem uma cooperativa, e quando necessário, pagam diárias ou realizam a meação. Isso os diferencia muito dos vazanteiros entrevistados em torno do rio Salgado. Eles plantam o que querem (milho, mandioca, algodão, arroz, feijão, macaxeira, melancia, jerimum, batata-doce), podendo escolher o dia para plantio e colheita, usufruem os alimentos e vendem o excedente para os vizinhos ou nas famosas feiras do sertão. Portanto, a liberdade e as relações familiares e de produção passam a caracterizar o modo de vida do camponês. Aldiva Diniz (2002) critica a construção dos perímetros irrigados e a atuação dos órgãos estatais para a realização de projetos, analisando algumas comunidades rurais que também sofreram essas desestruturações:

Na mudança ocorre um descompasso entre a infra-estrutura moderna e a estrutura tradicional. O tempo que antes era vivido na sua naturalidade, ao ritmo do sol e da chuva, dos dias e das noites, vai, bruscamente, sendo subordinado às demandas do capital que introduz novas necessidades à reprodução social, mudando, com isso, o tempo e o ritmo desses trabalhadores. (DINIZ, 2002)

⁷ O açude Lima-Campos era antes chamado de Estreito, mas teve seu nome alterado em homenagem póstuma ao Inspetor das Secas, Engenheiro Arthur de Lima Campos Foi o primeiro açude público construído na região pelo IFOCS e hoje pertence ao DNOCS.

⁸ Esse assunto foi abordado na tese de doutorado de Laurinda Lilia Sales Furtado, **Conflitos e ineficiência do manejo das águas do sistema Orós – Lima Campos: o caso de vazanteiros e irrigantes (2001)**, em que a autora discute a política de aproveitamento dos açudes praticada pelo DNOCS e os conflitos entre vazanteiros e irrigantes, ocorridos nas terras contíguas aos lagos.

A dificuldade de recursos, créditos agrícolas e projetos que impedem o curso e a dinâmica natural do rio, fez a agricultura de vazante diminuir em muitos locais do sertão. Um fato ainda não mencionado, mas que também pode ser uma outra categoria de análise, é o processo de monetarização:

Revelar a não “necessidade” de trabalhar com a terra, ou seja, percebe-se uma maior desvinculação dos lavradores com a prática da lavoura e da criação. Se no passado recente as relações de trabalho no campo - o trabalho dos lavradores-supria na sua maior parte as necessidades domésticas desses lavradores, visto que a cidade representava o espaço onde ele poder-se-ia vender parte do que era produzido por estes, como uma forma de efetivação desta circulação simples de mercadorias na realização de momentos do trabalho social.(SILVA, 2007)

Hoje, com o assalariamento (inclui-se aqui aposentadorias, pensões e bolsas) potencializam-se as relações de compra e venda, fato que altera as relações sociais e de produção.

Enfim, o incomodo que sentimos quando falamos sobre a reestruturação produtiva do espaço agrário cearense é justamente o da anulação das culturas locais e das formas tradicionais de produção que tanta importância histórica, cultural e econômica tiveram para a região. E infelizmente é essa política que perdura no Nordeste desde o século passado, na qual houve apenas uma alteração dos atores, conservando-se, no entanto, as velhas relações de poder. Esses fatos fizeram com que muitos camponeses fossem forçados a deixar suas terras ou fossem ignorados nas políticas públicas, encontrando-se hoje em estado de miséria.

A política de aproveitamento dos vales úmidos tira de cena os antigos produtores desses vales, que os utilizavam para as chamadas culturas de vazantes, ocorrendo, assim, um processo de desterritorialização, isto é, um processo de desenraizamento dos indivíduos que habitavam essas áreas.(Gomes,2007)

Esta apresentação foi realizada com a intenção de refletirmos sobre essa problemática ligada ao campo brasileiro que está em transformação, sob o comando do capital. O projeto mais recente que merece destaque neste capítulo é o da Transposição do São Francisco, aprovado em 2006 pelo governo Lula. Esse projeto pode servir de exemplificação das grandes obras irresponsáveis projetadas para o Nordeste que ainda hoje são realizadas e servirão ao agronegócio e à balança comercial de exportação brasileira.

Esse projeto se dá na construção de dois canais de integração (norte e leste), que levará água para as bacias do rio Jaguaribe, no Ceará; do rio Piranhas-Açu, na Paraíba e Rio Grande do Norte; do rio Apodi, no Rio Grande do Norte; do rio Paraíba, na Paraíba; dos rios Moxotó, Terra Nova e Brígida, em Pernambuco, na bacia do rio São Francisco. Essa obra vem acompanhada do discurso “água para todos”. Contudo, isso vem de encontro com os velhos discursos falaciosos do Estado na tentativa de promover uma reestruturação produtiva no território nordestino.

A transposição pode atingir diretamente os vazanteiros, como diz o geógrafo Aziz Ab'Saber (2005):

Os ‘vazanteiros’ que fazem horticultura no leito dos rios que ‘cortam’ -que perdem fluxo durante o ano- serão os primeiros a ser totalmente prejudicados. Mas os técnicos insensíveis dirão com enfado: ‘A cultura de vazante já era’.Sem ao menos dar qualquer prioridade para a realocação dos heróis que abastecem as feiras dos sertões. A eles se deve conceder a prioridade maior em relação aos espaços irrigáveis que viessem a ser identificados e implantados.De imediato, porém, serão

os fazendeiros pecuaristas da beira alta e colinas sertanejas que terão água disponível para o gado, nos cinco ou seis meses que os rios da região não correm. É possível termos água disponível para o gado e continuarmos com pouca água para o homem habitante do sertão.

Icó será o primeiro município cearense a receber as águas transpostas do São Francisco. Com isso, tememos a especulação do preço da terra, a mudança da dinâmica natural do rio Salgado que certamente expulsarão as populações ribeirinhas.

Isso também ocorreu com outros projetos, a exemplo dos perímetros irrigados (administrado pelo DNOCS), que hoje são projetos no "papel" e encontram-se estagnados nas mãos dos detentores de poder, depois de afetarem a vida de vários camponeses e incharem a zona urbana na busca de sobrevivência na cidade.

Sobre a Transposição, D. Frei Luiz Flávio Cappio (apud Sobrinho, 2006) ressalva, de forma bela, a importância do rio para o sertanejo. Ele fala também de sua angústia ao reconhecer o Nordeste como palco de irresponsabilidades:

[...] o povo tem o Rio como um ente. Conhecem profundamente os mistérios do Rio: porque o Rio tá com maretá, porque o Rio não tá com maretá, por que subiu, porque desceu, porque entrou a vazante; daí faz a relação com a lua. E um dos problemas da morte do Rio é a morte dessa cultura de relação. Porque, com as barragens, a vida natural do Rio mudou; entrou um elemento artificial. E o povo de um modo geral, perdeu aquele conhecimento natural adquirido por séculos. Porque o Rio tinha a época certa dele descer, época certa das vazantes, época certa da piracema, época certa de tudo. Era uma cronologia perfeita e o povo tinha acesso a essa cronologia natural. E com a entrada desses elementos artificiais, isso morreu. Então é uma das causas da morte do Rio, a morte dessa cultura de relação homem-Rio. A vida do povo estava intimamente ligada à vida do Rio e o povo dependia do Rio para viver. Porque é de lá que tira água para beber, é de lá que tira o peixe para comer, e é lá o Rio que molha as poças de vazante, onde tiram o material todo para se alimentar; é onde o gado bebe; em fim... a vida do povo depende da vida do Rio. Rio vivo, povo vivo Rio doente, povo doente Rio morto, povo morto". (D. Frei Luiz Flávio Cappio, Bispo da Diocese de Barra, julho de 2001).

Enfim, buscamos fazer uma reflexão sobre os processos ocorridos no espaço agrário nordestino no contexto da modernização da agricultura, utilizando a agricultura de vazante como objeto de estudo para analisar um sujeito social que não compartilha com o modo capitalista de produção. Assim, foram levantadas algumas problemáticas que podem nos conduzir a novos questionamentos da realidade do espaço agrário do semi-árido nordestino, ou mesmo brasileiro.

Considerações finais.

Este trabalho não buscou concluir e nem responder a alguma objeção. Tivemos a expectativa de buscar conceitos teóricos sobre a modernização e industrialização no sertão nordestino para tentar salientar com um olhar crítico o descaso que se teve com as populações tradicionais do Nordeste, enfatizando entre essas, o agricultor de vazante.

O Nordeste foi uma região que serviu como palco das grandes obras, desde o Brasil desenvolvimentista até hoje. Isso rendeu muitos prejuízos, e assim milhões de flagelados deixaram o sertão, suas raízes, tradições e histórias.

A importância que este trabalho poderá ter é a de proporcionar um diálogo pouco disseminado no que diz respeito aos agricultores de vazante. Acreditamos que estudar o processo de modernização da agricultura é uma das possibilidades teóricas para se compreender a realidade do espaço agrário brasileiro. A agricultura de vazante foi o objeto de estudo escolhido para desenvolvermos a análise crítica que a que propôs a pesquisa.

Houve dificuldades para se encontrar bibliografia a respeito da agricultura de vazante e consideramos que mais trabalho de campo seria necessário para uma pesquisa mais aprofundada e detalhada. Contudo, as restrições do cronograma fizeram com que isso não fosse possível.

Outro empecilho foi a não coincidência entre os períodos da realização do trabalho de campo e da época da vazante, aspecto que dificultou nossos encontros com os vazanteiros e, conseqüentemente, a realização de entrevistas.

Esperamos ter contribuído para a abertura de novas discussões.

Foi de grande satisfação realizar o trabalho e conhecer um pouco da agricultura de vazante, que é mais do que uma forma de cultivo, é uma tradição, é a característica de saberes da cultura sertaneja. Ter descaso com tal fato é negar uma bagagem cultural que abasteceu com os alimentos cultivados, por longos anos de severas secas, o Sertão e a Zona da Mata dos oligarcas abonados.

Referências Bibliográficas

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Sertões e sertanejos: uma geografia humana sofrida - **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 13, nº36. pp. 7-59, 1999.

_____. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. ed 2. São Paulo : Brasiliense, 1964.

_____. **Agricultura e Capitalismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

_____. **Modernização e pobreza: a expansão da agroindústria canvieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: UNESP, 1994.

BERNARDES, Nilo. **As Caatingas** – Estudos Avançados, São Paulo, v.13, nº36, pp. 69-78, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Sobre a tradicionalidade rural que Há em nós. In OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inês Medeiros (orgs). **O campo no século XXI: território da vida, da luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

COELHO, Marco Antônio Tavares. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

ELIAS, Denise e SAMPAIO, José Levi Furtado. **Modernização excludente**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002 (coleção Paradigmas da Agricultura Cearense).

ELIAS, Denise e PEQUENO, Renato. **Difusão do Agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

FURTADO, Celso. **Seca e poder: entrevista com Celso Furtado**. entrevistadores Maria da Conceição Tavares, Manuel Correia de Andrade, Raimundo Rodrigues Pereira. ed. 2. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Rita de Cássia da Conceição . **Relações de poder, atores sociais e territorialização no nordeste**. Geonordeste (UFS), v. 01, p. 179-192, 2008.

LIMA, Luiz Cruz. **Reestruturação Socioespacial: Do espaço banal ao espaço da racionalidade técnica**. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, Miguel Posfírio de. **Icó em fatos e Memórias**. Vol. II, [n.e], Icó, 1998.

MARQUES, Marta Inês de Medeiros. **Lugar e Modo de vida tradicional na modernidade**. In OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino e MARQUES, Marta Inês Medeiros (orgs). O campo no século XXI: território da vida, da luta e de construção da justiça social. São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. **Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **A Agricultura Brasileira: Desenvolvimento e Contradições**. In: Becker, B. (Org.) Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007.

SILVA, Ana Cristina Mota. Crise do trabalho familiar. Circulação simples e reprodução crítica. Práticas agrário-espaciais em cinco comunidades em estudo: Itapipoca-ceará. In: XV Encontro Nacional de Geógrafos. São Paulo. 2008. **Anais Associação dos geógrafos brasileiros**, 2008. P. 1-13.

SILVA, Jose Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1986.

Transposição do São Francisco: os cursos da privatização. Frente cearense por uma nova cultura da água, 2007. **1DVD** (42 mim)